

HENRI LEFEBVRE

**O DIREITO À
C I D A D E**



**CENTAURO
EDITORA**

urbanismo torna-se ideologia e prática. E, no entanto, as questões relativas à Cidade e à realidade urbana não são plenamente conhecidas e reconhecidas; ainda não assumiram *politicamente* a importância e o significado que têm no *pensamento* (na ideologia) e na *prática* (mostraremos uma estratégia urbana já em obra e em ação). Este pequeno livro não se propõe apenas passar pelo crivo da crítica os pensamentos e as atividades que dizem respeito ao urbanismo. Tem por objetivo fazer com que estes problemas entrem na consciência e nos programas políticos.

Da situação teórica e prática, dos problemas (da problemática) referentes à cidade, à realidade e às possibilidades da vida urbana, comecemos por tomar aquilo que outrora se chamava “uma perspectiva cavaleira”.

Industrialização e urbanização

Noções preliminares

Para apresentar e expor a “problemática urbana”, impõe-se um ponto de partida: o processo de industrialização. Sem possibilidade de contestação, esse processo é, há um século e meio, o motor das transformações na sociedade. Se distinguirmos o *indutor* e o *induzido*, pode-se dizer que o processo de industrialização é indutor e que se pode contar entre os induzidos os problemas relativos ao crescimento e à planificação, as questões referentes à cidade e ao desenvolvimento da realidade urbana, sem omitir a crescente importância dos lazeres e das questões relativas à “cultura”.

A industrialização caracteriza a sociedade moderna. O que não tem por consequência, inevitavelmente, o termo “sociedade industrial”, se quisermos defini-la. Ainda que a urbanização e a problemática do urbano figurem entre os efeitos induzidos e não entre as causas ou razões indutoras, as preocupações que essas palavras indicam se acentuam de tal modo que se pode definir como *sociedade urbana* a realidade social que nasce à nossa volta. Esta definição contém uma característica que se torna de capital importância.

A industrialização fornece o ponto de partida da reflexão sobre nossa época. Ora, a Cidade preexiste à industrialização. Esta é uma observação em si mesma banal, mas cujas implicações não foram inteiramente formuladas. As criações urbanas mais eminentes, as obras mais “belas” da vida urbana (“belas”, como geralmente se diz, porque são antes obras do que produtos) datam de épocas anteriores à industrialização. Houve a cidade oriental (ligada ao modo de produção asiático), a cidade arcaica (grega ou romana, ligada à posse de escravos), depois a cidade medieval (numa situação complexa: inserida em relações feudais mas em luta contra a feudalidade da terra). A cidade oriental e arcaica foi essencialmente política: a cidade medieval, sem perder o caráter político, foi principalmente comercial, artesanal, bancária. Ela integrou os mercadores outrora quase nômades, relegados para fora da cidade.

Quando a industrialização começa, quando nasce o capitalismo concorrencial com a burguesia especificamente industrial, a Cidade já tem uma poderosa realidade. Após o quase desaparecimento das cidades arcaicas, na Europa ocidental, no decorrer da decomposição da romanidade, a Cidade retomou seu desenvolvimento. Os mercadores mais ou menos errantes elegeram para outro centro de suas atividades aquilo que subsistiu de antigos núcleos urbanos. Inversamente, pode-se supor que esses núcleos degradados exerceram a função de aceleradores para aquilo que restava da economia de troca, mantida por mercadores ambulantes.

A partir do sobreproduto crescente da agricultura, em detrimento dos feudos, as Cidades começam a acumular riquezas: objetos, tesouros, capitais virtuais. Já existe nesses centros urbanos uma grande riqueza monetária, obtida pela usura e pelo comércio.

Nesses centros, prospera o artesanato, produção bem distinta da agricultura. As cidades apóiam as comunidades camponesas e a libertação dos camponeses, não sem se aproveitarem disso em seu próprio benefício. Em suma, são centros de vida social e política onde se acumulam não apenas as riquezas como também os conhecimentos, as técnicas e as obras (obras de arte, monumentos).

A própria cidade é uma *obra*, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos *produtos*. Com efeito, a obra é valor de uso e o produto é valor de troca. O uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa (que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro).

Realidade complexa, isto é, contraditória. As cidades medievais, no apogeu de seu desenvolvimento, centralizam as riquezas; os grupos dirigentes investem improdutivamente uma grande parte dessas riquezas na cidade que dominam. Ao mesmo tempo, o capitalismo comercial e bancário já tornou *móvel* a riqueza e já constituiu circuitos de trocas, redes que permitem as transferências de dinheiro. Quando a industrialização vai começar, com a preeminência da burguesia específica (os "empresários"), a riqueza já deixou de ser principalmente imobiliária. A produção agrícola não é mais predominante, nem a propriedade da terra. As terras escapam aos feudais

e passam para as mãos dos capitalistas urbanos enriquecidos pelo comércio, pelo banco, pela usura. Segue-se que a "sociedade" no seu conjunto, compreendendo a cidade, o campo e as instituições que regulamentam suas relações, tende a se constituir em *rede de cidades*, com uma certa divisão do trabalho (tecnicamente, socialmente, politicamente) feita entre essas cidades ligadas por estradas, por vias fluviais e marítimas, por relações comerciais e bancárias. Pode-se pensar que a divisão do trabalho entre as cidades não foi nem tão extremada, nem tão consciente que determinasse associações estáveis e pusesse fim às rivalidades e concorrências. Esse sistema urbano não chegou a se instalar. O que se levanta sobre essa base é o Estado, o poder centralizado. Causa e efeito dessa centralização particular, a centralização do poder, uma cidade predomina sobre as outras: a capital.

Semelhante processo se desenrola muito desigualmente, de modo bastante diverso, na Itália, na Alemanha, na França e em Flandres, na Inglaterra, na Espanha. A Cidade predomina, e no entanto não é mais, como na Antigüidade, a Cidade-Estado. Três termos se distinguem: a sociedade, o Estado, a Cidade. Nesse sistema urbano, cada cidade tende a se constituir em sistema fechado, acabado. A cidade conserva um caráter orgânico de comunidade, que lhe vem da aldeia, e que se traduz na organização corporativa. A vida comunitária (comportando assembleias gerais ou parciais) em nada impede as lutas de classes. Pelo contrário. Os violentos contrastes entre a riqueza e a pobreza, os conflitos entre os poderosos e os oprimidos não impedem nem o apego à Cidade, nem a contribuição ativa para a beleza da obra. No contexto urbano, as lutas de facções, de grupos, de classes, reforçam o sentimento de pertencer. Os confrontos políticos entre o "minuto *popolo*", o "*popolo grasso*", a aristocracia ou a oligarquia, têm a Cidade por local, por arena. Esses grupos rivalizam no amor pela sua cidade. Quanto aos detentores da riqueza e do poder, sentem-se eles sempre ameaçados. Justificam seu privilégio diante da comunidade gastando suntuosamente suas fortunas: edifícios, fundações, palácios, embelezamentos, festas. Convém ressaltar este paradoxo, este fato histórico mal elucidado: sociedades muito opressivas foram muito criadoras e muito ricas em obras. Em seguida, a produção de produtos substituiu a produção de obras e de relações sociais ligadas a essas obras, notadamente na Cidade.

Quando a exploração substitui a opressão, a capacidade criadora desaparece. A própria noção de “criação” se detém ou degenera, miniaturizando-se no “fazer” e na “criatividade” (o “faça-você-mesmo” etc.). O que traz argumentos para apoiar uma tese: *a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso.*

No sistema urbano que procuramos analisar se exerce a ação desses conflitos específicos: entre valor de uso e valor de troca, entre a mobilização da riqueza (em dinheiro, em papel) e o investimento improdutivo na cidade, entre a acumulação do capital e sua dilapidação nas festas, entre a extensão do território dominado e as exigências de uma organização severa desse território em torno da cidade dominadora. Esta última se protege contra qualquer eventualidade através da organização corporativa que paralisa as iniciativas do capitalismo bancário e comercial. A corporação não regulamenta apenas uma profissão. Cada organização corporativa entra num conjunto orgânico; o sistema corporativo regulamenta a divisão dos atos e das atividades no espaço urbano (ruas e bairros) e no tempo urbano (honorários, festas). Este conjunto tende a se fixar numa estrutura imóvel. Disso resulta que a industrialização pressupõe a ruptura desse sistema urbano preexistente; ela implica a desestruturação das estruturas estabelecidas. Os historiadores (depois de Marx) puseram em evidência o caráter imóvel das corporações. Talvez ainda resta demonstrar a tendência do sistema urbano inteiro para uma espécie de cristalização e de fixação. Onde esse sistema se consolidou, houve atraso do capitalismo e da industrialização: na Alemanha, na Itália. Atraso cheio de conseqüências.

Existe portanto uma certa descontinuidade entre a indústria nascente e suas condições históricas. Não são nem as mesmas coisas, nem os mesmos homens. A prodigiosa expansão das trocas, da economia monetária, da produção mercantil, do “mundo da mercadoria” que vai resultar da industrialização, implica uma mudança radical. A passagem do capitalismo comercial e bancário e da produção artesanal para a produção industrial e para o capitalismo concorrencial faz-se acompanhar por uma crise gigantesca, bem

estudada pelos historiadores, salvo talvez no que diz respeito à Cidade e ao “sistema urbano”.

A indústria nascente tende a se implantar fora das cidades. Esta não é, aliás, uma lei absoluta. Nenhuma lei é inteiramente geral e absoluta. Esta implantação das empresas industriais, inicialmente esporádicas e dispersas, depende de múltiplas circunstâncias, locais, regionais, nacionais. Por exemplo, as *gráficas* parecem ter passado de maneira relativamente contínua, no contexto urbano, do estado artesanal para o de empresa. O mesmo já não acontece com a *tecelagem*, com a *extração mineral*, com a *metalurgia*. A indústria nascente se instala perto de fontes de energia (rios, florestas, depois carvão), de meios de transporte (rios e canais, depois estradas de ferro), de matérias-primas (minerais), de reservas de mão-de-obra (o artesão camponês, os tecelões e ferreiros fornecem uma mão-de-obra já qualificada).

Dessas circunstâncias resulta ainda hoje na França a existência de inúmeros pequenos centros têxteis (nos vales normandos, vales dos Vosges etc.) que sobrevivem às vezes muito dificilmente. Não é notável que uma parte da metalurgia pesada esteja estabelecida no vale da Moselle, entre duas cidades antigas, Nancy e Metz, os únicos verdadeiros centros urbanos dessa região industrial?

Ao mesmo tempo, as velhas cidades são: mercados, fontes de capitais disponíveis, locais onde esses capitais são gerados (bancos), residências dos dirigentes econômicos e políticos, reservas de mão-de-obra (isto é, locais onde pode subsistir “o exército de reserva do proletariado”, como diz Marx, que pesa sobre os salários e permite o crescimento da mais-valia). Além do mais, a Cidade, tal como a fábrica, permite a concentração dos meios de produção num pequeno espaço: ferramentas, matérias-primas, mão-de-obra.

Não sendo satisfatória para os “empresários” a implantação fora das cidades, desde que possível a indústria se aproxima dos centros urbanos. Inversamente, a cidade anterior à industrialização acelera o processo (em particular, ela permite o rápido crescimento da produtividade). A cidade, portanto, desempenhou um papel importante do *take off* (Rostow), isto é, na arrancada da indústria. As concentrações urbanas acompanharam as concentrações de capitais no sentido de Marx. Desde então, a indústria devia produzir seus próprios centros urbanos, cidades, aglomerações industriais ora pequenas (Le

Creusot), ora médias (Saint-Etienne), às vezes gigantes (Ruhr, considerada como “conurbação”¹). Seria necessário voltar para a deterioração da centralidade e o caráter urbano nessas cidades.

O processo aparece agora, através da análise, em toda sua complexidade, que a palavra “industrialização” mal esconde. Esta complexidade se manifesta desde que se deixa de pensar em termos de *empresa*, de um lado, e – por outro – em cifras globais de produção (um tanto de toneladas de carvão, de aço) – manifesta-se a partir do instante em que se raciocina distinguindo a *indução* e o *induzido*, ao observar a importância dos fenômenos induzidos e sua inteiração sobre os indutores.

A indústria pode passar sem a cidade antiga (pré-industrial, pré-capitalista), mas isso quando constitui aglomerações nas quais o caráter urbano se deteriora. Não é este o caso nos Estados Unidos e na América do Norte onde as “cidades”, no sentido em que compreendemos essa palavra na França e na Europa, são pouco numerosas: New York, Montreal, San Francisco? Entretanto, lá onde preexistir uma rede de cidades antigas, a indústria a toma de assalto. Apodera-se da rede, remaneja-a segundo suas necessidades. Ela ataca também a Cidade (cada cidade), assalta-a, toma-a, assola-a. Tende a romper os antigos núcleos, apoderando-se destes. O que não impede a extensão do fenômeno urbano, cidades e aglomerações, cidades operárias, subúrbios (com a anexação de favelas lá onde a industrialização não consegue ocupar e fixar a mão-de-obra disponível).

Temos à nossa frente um *duplo processo* ou, preferencialmente, um processo com dois aspectos: industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social. Os dois “aspectos” deste processo, inseparáveis, têm uma unidade, e no entanto o processo é conflitante. Existe, historicamente, um choque violento entre a realidade urbana e a realidade industrial. Quanto à complexidade do processo, ela se revela cada vez mais difícil de ser apreendida, tanto mais que a industrialização não produz apenas empresas (operários e chefes de empresas), mas sim *estabelecimentos* diversos, centros bancários e financeiros, técnicos e políticos.

¹ Conurbação: aglomeração formada por uma cidade e seus satélites, e às vezes por várias cidades que se uniram ao crescer. (N. do T.)

Este processo dialético, longe de estar elucidado, está também longe de ter terminado. Ainda provoca situações “problemáticas”. Nos contentaremos com citar aqui uns poucos exemplos. Em Veneza, a população ativa abandona a cidade pela aglomeração industrial que, no continente, tem o dobro de seu tamanho: Mestre. Esta cidade entre as cidades, um dos mais belos legados das épocas pré-industriais, está ameaçada não tanto pela deterioração material devida à ação do mar ou ao afundamento do terreno quanto pelo êxodo dos habitantes. Em Atenas, uma industrialização relativamente considerável atraiu para a capital as pessoas das cidades pequenas, os camponeses.

A Atenas moderna não tem mais nada em comum com a cidade arcaica, coberta, absorvida, desmesuradamente estendida. Os monumentos e os lugares (ágora, acrópole) que permitem encontrar a Grécia antiga não representam mais do que um local de peregrinação estética e de consumo turístico. No entanto, o núcleo organizacional da cidade continua muito forte. Seus arredores de bairros recentes e de semifavelas, povoadas com pessoas sem raízes e desorganizadas, lhe conferem um poder exorbitante. A gigantesca aglomeração quase informe permite aos detentores dos centros de decisão os piores empreendimentos políticos. Tanto mais que a economia desse país depende estreitamente deste circuito: especulação com a terra, “criação” de capitais por este caminho, investimento destes capitais na construção e assim por diante. Circuito frágil que pode se romper a todo instante, que define um *tipo* de urbanização sem industrialização ou com uma fraca industrialização mas com uma rápida extensão da aglomeração, especulação com os terrenos e imóveis, prosperidade ficticiamente mantida pelo circuito.

Na França, seria possível citar inúmeras cidades submersas pela industrialização: Grenoble, Dunquerque etc. Em outros casos, há uma ampliação maciça da cidade e uma urbanização (no sentido amplo do termo) com pouca industrialização. Este seria o caso de Toulouse. Este é o caso geral das cidades da América do Sul e da África, cidades cercadas por uma vizinhança de favelas. Nessas regiões e países, as antigas estruturas agrárias se dissolvem; camponeses sem posses ou arruinados afluem para as cidades a fim de nelas encontrar trabalho e subsistência. Ora, esses camponeses vêm de explorações destinadas a desaparecer pelo jogo dos preços mundiais,

o qual depende estreitamente dos países e dos “pólos de crescimento” industriais. Esses fenômenos dependem ainda da industrialização.

Atualmente, portanto, aprofunda-se um processo induzido que se pode chamar de a “implosão-explosão” da cidade. O fenômeno urbano se estende sobre uma grande parte do território, nos grandes países industriais. Atravessa alegremente as fronteiras nacionais; a Megalópole da Europa do norte vai do Ruhr ao mar e mesmo às cidades inglesas, e da região parisiense aos países escandinavos. Este território está encerrado num *tecido urbano* cada vez mais cerrado, não sem diferenciações locais e sem ampliação da divisão (técnica e social) do trabalho para as regiões, aglomerações e cidades. Ao mesmo tempo, nesse tecido e mesmo noutros lugares, as concentrações urbanas tornam-se gigantescas; as populações se amontoam atingindo densidades inquietantes (por unidade de superfície ou de habitação). Ao mesmo tempo ainda, muitos núcleos urbanos antigos se deterioram ou explodem. As pessoas se deslocam para periferias distantes, residenciais ou produtivas. Escritórios substituem os apartamentos nos centros urbanos. Às vezes (nos Estados Unidos) esses centros são abandonados para os “pobres” e tornam-se *guetos* para os desfavorecidos. Às vezes, pelo contrário, as pessoas mais abastadas conservam fortes posições no coração da cidade (em redor do Central Park em New York, no Marais em Paris).

Examinemos agora o *tecido urbano*. Esta metáfora não é muito clara. Mais do que um tecido jogado sobre o território, essas palavras designam uma espécie de proliferação biológica e uma espécie de rede de malhas desiguais, que deixam escapar setores mais ou menos amplos: lugarejos ou aldeias, regiões inteiras. Se pusermos os fenômenos em perspectiva a partir dos campos e das antigas estruturas agrárias, poderemos analisar um movimento geral de concentração: da população nos burgos e nas cidades pequenas ou grandes – da propriedade e da exploração – da organização dos transportes e das trocas comerciais etc. O que resulta ao mesmo tempo no despovoamento e na “descamponização” das aldeias que permanecem rurais perdendo aquilo que constituía a antiga vida camponesa: artesanato, pequeno comércio local.

Os antigos “gêneros de vida” caem no folclore. Se analisamos o fenômeno a partir das cidades, observamos a ampliação não apenas das periferias fortemente povoadas, como também das redes (bancá-

rias, comerciais, industriais) e da habitação (residências secundárias, espaços e locais de lazer etc.).

O tecido urbano pode ser descrito utilizando o conceito de *ecossistema*, unidade coerente constituída ao redor de uma ou de várias cidades, antigas ou recentes. Semelhante descrição corre o risco de deixar escapar o essencial. Com efeito, o interesse do “tecido urbano” não se limita à sua morfologia. Ele é o suporte de um “modo de viver” mais ou menos intenso ou degradado: a *sociedade urbana*. Na base econômica do “tecido urbano” aparecem fenômenos de uma outra ordem, num outro nível, o da vida social e “cultural”. Trazidas pelo tecido urbano, a sociedade e a vida urbana penetram nos campos. Semelhante modo de viver comporta sistemas de objetos e sistemas de valores. Os mais conhecidos dentre os elementos do sistema urbano de objetos são a água, a eletricidade, o gás (butano nos campos) que não deixam de se fazer acompanhar pelo carro, pela televisão, pelos utensílios de plástico, pelo mobiliário “moderno”, o que comporta novas exigências no que diz respeito aos “serviços”. Entre os elementos do sistema de valores, indicamos os lazeres ao modo urbano (danças, canções), os costumes, a rápida adoção das modas que vêm da cidade. E também as preocupações com a segurança, as exigências de uma previsão referente ao futuro, em suma, uma racionalidade divulgada pela cidade. Geralmente a juventude, grupo etário, contribui ativamente para essa rápida assimilação das coisas e representações oriundas da cidade. Isto são trivialidades sociológicas que convém lembrar para mostrar suas implicações. Entre as malhas do tecido urbano persistem ilhotas e ilhas de *ruralidade* “pura”, torrões natais freqüentemente pobres (nem sempre), povoados por camponeses envelhecidos, mal “adaptados”, despojados daquilo que constitui a nobreza da vida camponesa nos tempos de maior miséria e da opressão. A relação “urbanidade-ruralidade”, portanto, não desaparece; pelo contrário, intensifica-se, e isto mesmo nos países mais industrializados. Interfere com outras representações e com outras relações reais: cidade e campo, natureza e facticidade etc. Aqui ou ali, as tensões tornam-se conflitos, os conflitos latentes se exasperam; aparece então em plena luz do dia aquilo que se escondia sob o “tecido urbano”.

Por outro lado, os núcleos urbanos não desaparecem, roídos pelo tecido invasor ou integrados na sua trama. Esses núcleos resistem ao

se transformarem. Continuam a ser centros de intensa vida urbana (em Paris, o Quartier Latin). As qualidades estéticas desses antigos núcleos desempenham um grande papel na sua manutenção. Não contêm apenas monumentos, sedes de instituições, mas também espaços apropriados para as festas, para os desfiles, passeios, diversões. O núcleo urbano torna-se, assim, produto de consumo de uma alta qualidade para estrangeiros, turistas, pessoas oriundas da periferia, suburbanos. Sobrevive graças a este duplo papel: lugar de consumo e consumo do lugar. Assim, os antigos centros entram de modo mais completo na troca e no valor de troca, não sem continuar a ser valor de uso em razão dos espaços oferecidos para atividades específicas. Tornam-se centros de consumo. O ressurgimento arquitetônico e urbanístico do *centro comercial* dá apenas uma versão apagada e mutilada daquilo que foi o núcleo da antiga cidade, ao mesmo tempo comercial, religioso, intelectual, político, econômico (produtivo). A noção e a imagem do centro comercial datam de fato da Idade Média. Corresponde à pequena e média cidade medieval. Mas hoje o valor de troca prevalece a tal ponto sobre o uso e o valor de uso que quase suprime este último. Esta noção, portanto, não tem nada de original. A criação que corresponde a nossa época, as suas tendências, no seu horizonte (ameaçador) não seria o *centro de decisões*? Este centro que reúne a formação e a informação, as capacidades de organização e de decisões institucionais surge como projeto, em vias de realização, de uma nova centralidade, a do *poder*. Convém prestar a este conceito, à prática que ele denota e justifica, a maior atenção.

De fato, portanto, estamos frente a vários termos (três, pelo menos) de relações complexas, definíveis por oposições termo a termo, mas não esgotados por essas oposições. Existe a ruralidade e a urbanidade (a sociedade urbana). Existe o tecido urbano portador dessa "urbanidade" e a centralidade, antiga, renovada, nova. Donde, uma problemática inquietante, sobretudo quando se deseja passar da análise para uma síntese, das constatações para um projeto (para o "normativo"). Será necessário (mas o que significa esse termo?) deixar que o tecido prolifere espontaneamente? É conveniente capturar essa força, orientar essa vida estranha, selvagem e fictícia ao mesmo tempo? Como fortificar os centros? Isso é útil? É necessário? E que centros, que centralidade? Que fazer enfim das ilhas de ruralidade?

Assim se entrevê, através dos problemas distintos e do conjunto problemático, a *crise da cidade*. Crise teórica e prática. Na teoria, o *conceito da cidade* (da realidade urbana) compõe-se de fatos, de representações e de imagens emprestadas à cidade antiga (pré-industrial, pré-capitalista) mas em curso de transformação e de nova elaboração. Na prática, o *núcleo urbano* (parte essencial da imagem e do conceito da cidade) está rachando, e no entanto consegue se manter; transbordando, freqüentemente deteriorado, às vezes apodrecendo, o núcleo urbano não desaparece. Se alguém proclama seu fim e sua reabsorção no tecido, isto constitui um postulado e uma afirmação sem provas. O núcleo urbano não cedeu seu lugar a uma "realidade" nova e bem definida, tal como a aldeia deixou a cidade nascer. E, no entanto, seu reinado parece acabar. A menos que se afirme mais fortemente, ainda, como centro de poder...

Mostramos até agora o assalto da cidade pela industrialização e pintamos um quadro dramático desse processo, considerado globalmente. Esta tentativa de análise poderia permitir acreditar que se trata de um processo natural, sem intenções, sem vontades. Ora, existe de fato alguma coisa assim, mas uma tal visão estaria truncada. Num tal processo intervêm ativamente, voluntariamente, classes ou frações de classes dirigentes, que possuem o capital (os meios de produção) e que geram não apenas o emprego econômico do capital e os investimentos produtivos, como também a sociedade inteira, com o emprego de uma parte das riquezas produzidas na "cultura", na arte, no conhecimento, na ideologia. Ao lado, ou antes, diante dos grupos sociais dominantes (classes e frações de classes), existe a classe operária: o proletariado, ele mesmo dividido em camadas, em grupos parciais, em tendências diversas, segundo os ramos da indústria, as tradições locais e nacionais.

A situação na metade do século XIX, em Paris, foi mais ou menos a seguinte. A burguesia dirigente, classe não homogênea, conquistou a capital com uma dura luta. Disso é testemunha, ainda hoje, de modo sensível, o Marais: bairro aristocrático antes da Revolução (apesar da tendência da capital e das pessoas ricas para derivar para o oeste), bairro de jardins e hotéis particulares. O Terceiro Estado, em algumas dezenas de anos, durante o período balzaquiano, apodera-se dele; desaparece um certo número de magníficos hotéis; outros são ocupados por oficinas e pequenas lojas; casas de aluguel, lojas e

depósitos, entrepostos, empresas substituem parques e jardins. A feiúra burguesa, a aspereza em relação ao ganho, visível e legível, nas ruas instalam-se no lugar da beleza um pouco fria e do luxo aristocrático. Nos muros do Marais lê-se a luta de classes, o ódio entre as classes, a mesquinharia vitoriosa. Impossível tornar mais perceptível este paradoxo da história, que em parte escapa a Marx. A burguesia “progressista” que toma a seu cargo o crescimento econômico, dotada de instrumentos ideológicos adequados a esse crescimento racional, que caminha na direção da democracia e que substitui a opressão pela exploração, esta classe enquanto tal não mais cria; substitui a obra pelo produto. Aqueles que guardam o sentido da obra, inclusive os romancistas e os pintores, se consideram e se sentem “não burgueses”. Quanto aos opressores, aos senhores das sociedades anteriores à democracia burguesa – príncipes, reis, senhores, imperadores – estes tiveram o sentido e o gosto da obra, em particular no setor arquitetônico e urbanístico. Com efeito, a obra depende mais do valor de uso do que do valor de troca.

Depois de 1848, solidamente assentada sobre a cidade (Paris), a burguesia francesa possui aí os meios de ação, bancos do Estado, e não apenas residências. Ora, ela se vê cercada pela classe operária. Os camponeses afluem, instalam-se ao redor das “barreiras”, das portas, na periferia imediata. Antigos operários (nas profissões artesanais) e novos proletários penetram até o próprio âmago da cidade; moram em pardieiros mas também em casas alugadas onde pessoas abastadas ocupam os andares inferiores e operários, os andares superiores. Nessa “desordem”, os operários ameaçam os novos ricos, perigo que se torna evidente nas jornadas de junho de 1848 e que a Comuna confirmará. Elabora-se então *uma estratégia de classe* que visa ao remanejamento da cidade, sem relação com sua realidade, com sua vida própria. É entre 1848 e Haussmann que a vida de Paris atinge sua maior intensidade: não a “vida parisiense”, mas a vida urbana da capital. Ela entra então para a literatura, para a poesia, com uma potência e dimensões gigantescas. Mais tarde isso acabará. A vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos “padrões” que coexistem na Cidade. No transcorrer do século XIX, a democracia de origem camponesa, cuja ideologia animou os revo-

lucionários, poderia ter se transformado em democracia urbana. Esse foi e é ainda para a história um dos sentidos da Comuna.

Como democracia urbana ameaçava os privilégios da nova classe dominante, esta impediu que essa democracia nascesse. Como? Expulsando do centro urbano e da própria cidade o proletariado, destruindo a “urbanidade”.

Primeiro ato – O barão Haussmann, homem desse Estado bonapartista que se erige sobre a sociedade a fim de tratá-la cinicamente como o despojo (e não apenas como a arena) das lutas pelo poder, substitui as ruas tortuosas mas vivas por longas avenidas, os bairros sórdidos mas animados por bairros aburguesados. Se ele abre *boulevards*, se arranja espaços vazios, não é pela beleza das perspectivas. É para “pentear Paris com as metralhadoras” (Benjamin Péret). O célebre barão não esconde isso. Mais tarde, serão gratos a Haussmann por ter aberto Paris à circulação. Essa não era a finalidade, o objetivo do “urbanismo” haussmaniano. Os vazios têm um sentido: proclamam alto e forte a glória e o poder do Estado que os arranja, a violência que neles pode se desenrolar. Mais tarde efetuam-se transferências para outras finalidades que justificam de uma outra maneira os entalhes na vida urbana. Deve-se notar que Haussmann não alcançou seu objetivo. Um dos sentidos da Comuna de Paris (1871) foi o forçoso retorno para o centro urbano dos operários relegados para os subúrbios e periferias, a sua reconquista da Cidade, este bem entre os bens, este valor, esta obra que lhes tinha sido arrancada.

Segundo ato – A finalidade estratégica devia ser atingida por uma manobra muito mais ampla, de resultados ainda mais importantes. Na segunda metade do século, pessoas influentes, isto é, ricas ou poderosas ou as duas coisas ao mesmo tempo, ora ideólogos (Le Play) de concepções muito marcadas pelas religiões (católica ou protestante), ora homens políticos avisados (pertencentes à centro-direita) e que aliás não constituem um grupo único e coerente, em suma alguns notáveis descobrem uma nova noção. A III República assegurará o destino dessa noção, isto é, a sua realização na prática. Concebem o *habitat*. Até então, “habitar” era participar de uma vida social, de uma comunidade, aldeia ou cidade. A vida urbana detinha, entre outras, essa qualidade, esse atributo. Ela deixava habitar, permitia que os cidadãos-cidadãos habitassem. É assim que “os mortais habitam quando salvam a terra, quando esperam os Deu-

ses... quando conduzem seu ser próprio na preservação e no uso...". Assim fala do *habitar*, como poeta, o filósofo Heidegger (*Essais et Conférences*, p. 177-178). Fora da filosofia e da poesia, as mesmas coisas foram ditas sociologicamente (na linguagem da prosa do mundo). No fim do século XIX, os Notáveis isolam em função, separam-na do conjunto altamente complexo que era e que continua a ser a Cidade a fim de projetá-la na prática, não sem manifestar e significar assim a sociedade para a qual fornecem uma ideologia e uma prática. Os subúrbios, sem dúvida, foram criados sob a pressão das circunstâncias a fim de responder ao impulso cego (ainda que motivado e orientado) da industrialização, responder à chegada maciça dos camponeses levados para os centros urbanos pelo "êxodo rural". Nem por isso o processo deixou de ser orientado por uma estratégia.

Estratégia de classe típica significa uma seqüência de atos coordenados, planejados, com um único objetivo? Não. O caráter de classe parece tanto mais profundo quanto diversas ações coordenadas, centradas sobre objetivos diversos, convergiram no entanto para um resultado final. Evidente que todos esses Notáveis não se propunham a abrir um caminho para a especulação; alguns deles, homens de boa vontade, filantropos, humanistas, parecem mesmo desejar o contrário. Nem por isso deixaram de estender em torno da Cidade a mobilização da riqueza da terra, a entrada do solo e do alojamento, sem restrição, para a troca e o valor da troca. Com as implicações especulativas. Não se propunham desmoralizar a classe operária mas sim, pelo contrário, moralizá-la. Consideravam como benéfico colocar os operários (indivíduos e famílias) numa hierarquia bem distinta daquela que impera na empresa, daquela das propriedades e dos proprietários, das casas e dos bairros. Queriam atribuir-lhes uma outra função, uma outra condição, outros papéis, que não aqueles ligados à condição de produtores assalariados. Pretendiam conceder-lhes assim uma vida cotidiana melhor que a do trabalho. Assim, imaginaram, com o habitat, a ascensão à propriedade. Operação notavelmente bem sucedida (ainda que suas conseqüências políticas nem sempre tenham sido aquelas com as quais os promotores contavam). O fato é que sempre se atingiu um resultado, previsto ou imprevisível, consciente ou inconsciente. A sociedade se orienta ideológica e praticamente na direção de outros problemas que não aqueles da produção. A consciência social vai deixar pouco a pouco

de se referir à produção para se centralizar em torno da cotidianidade, do consumo. Com a "suburbanização" principia um processo, que descentraliza a Cidade. Afastado da Cidade, o proletariado acabará de perder o sentido da obra. Afastado dos locais de produção, disponível para empresas esparsas a partir de um setor de habitat, o proletariado deixará se esfumar em sua consciência a capacidade criadora. A consciência urbana vai se dissipar.

Com a criação do subúrbio começa na França um pensamento urbanístico encarniçado contra a Cidade. Singular paradoxo. Durante dezenas de anos, sob a III República, aparecem os textos autorizando e regulamentando o subúrbio habitacional e os loteamentos. Em redor da cidade instala-se uma periferia desurbanizada e no entanto dependente da cidade. Com efeito, os "suburbanos", os dos "pavilhões"² residenciais, não deixam de ser urbanos mesmo que percam a consciência disso e se acreditem próximos da natureza, do sol e do verde. Urbanização desurbanizante e desurbanizada, pode-se dizer para ressaltar o paradoxo.

Esta ampliação freará a si mesma devido a seus excessos. O movimento por ela provocado arrasta a burguesia e as camadas abastadas. Estas instalam os subúrbios residenciais. O centro da cidade se esvazia em proveito dos escritórios. O conjunto começa então a se debater no inextricável. Mas ainda não acabou.

Terceiro ato – Após a última guerra, todos sentem que o quadro das coisas se modifica em função de urgências, de coações diversas: impulso demográfico, impulso da industrialização, afluxo dos interioranos para Paris. A crise habitacional, confessada, verificada, transforma-se em catástrofe e corre o risco de agravar a situação política ainda instável. As "urgências" transbordam as iniciativas do capitalismo e da empresa privada, a qual aliás não se interessa pela construção, considerada insuficientemente rendosa. O Estado não pode mais se contentar com regulamentar os loteamentos e a construção de conjuntos³, com lutar (mal) contra a especulação imobiliária. Através de organismos interpostos, toma a seu cargo a construção de habitações. Começa o período dos "novos conjuntos" e das "novas cidades".

² Pavilhões: conjuntos residenciais suburbanos formados por casas isoladas umas das outras. (N. do T.)

³ Conjuntos: blocos de apartamentos. (N. do T.)

Seria possível dizer que a função pública se encarregava daquilo que outrora entrava numa economia de mercado. Sem dúvida. Mas nem por isso a habitação se torna um serviço público. Por assim dizer, o direito à moradia aflora na consciência social. Ele se faz reconhecer de fato na indignação provocada pelos casos dramáticos, no descontentamento engendrado pela crise. Entretanto, não é reconhecido formal e praticamente, a não ser como um apêndice dos “direitos do homem”. A construção a cargo do Estado não transforma as orientações e concepções adotadas pela economia de mercado. Como Engels previra, a questão da moradia, ainda que agravada, politicamente desempenha apenas um papel menor. Os grupos e partidos de esquerda contentam-se com reclamar “mais casas”. Por outro lado, não é um pensamento urbanístico que dirige as iniciativas dos organismos públicos e semipúblicos, é simplesmente o projeto de fornecer moradias o mais rápido possível pelo menor custo possível. Os novos conjuntos serão marcados por uma característica funcional e abstrata: o conceito do *habitat* levado à sua forma pura pela burocracia estatal.

Esta noção, a do *habitat*, ainda continua “incerta”. Os pavilhões permitem variantes, interpretações particulares ou individuais do *habitat*. Uma espécie de plasticidade permitia modificações, apropriações. O espaço dos pavilhões – recinto, jardins, cantos diversos e disponíveis – deixava ao *habitat* uma margem de iniciativa e de liberdade, limitada mas real. A racionalidade estatal vai até o fim. No novo conjunto instaura-se o *habitat* em estado puro, soma de coações. O maior conjunto realiza o conceito do *habitar*, diriam certos filósofos, ao excluir o *habitar*: a plasticidade do espaço, a modelagem desse espaço, a apropriação pelos tipos e indivíduos de suas condições de existência. É também cotidianidade completa, funções, prescrições, emprego rígido do tempo que se inscreve e se significa nesse *habitat*.

O *habitat* tipo pavilhão proliferou ao redor de Paris, nas Comunidades suburbanas, ampliando de maneira desordenada o setor construído. Única lei deste crescimento ao mesmo tempo urbano e não urbano: a especulação sobre os terrenos. Os interstícios deixados por este crescimento sem vazios foram preenchidos pelos grandes conjuntos. A especulação com os terrenos, mal combatida, somou-se a especulação com os apartamentos quando estes eram objeto de co-

propriedade. Assim continuava a entrada da moradia para a riqueza mobiliária e do solo urbano para o valor de uso, com as restrições desaparecendo.

Se definirmos a realidade urbana pela dependência em relação ao centro, os subúrbios serão urbanos. Se definirmos a ordem por uma relação perceptível (legível) entre a centralização e a periferia, os subúrbios serão desurbanizados. E pode-se dizer que o “pensamento urbanístico” dos grandes conjuntos literalmente se encarnou na cidade e no urbano a fim de extirpá-los. Toda a realidade urbana perceptível (legível) desapareceu: ruas, praças, monumentos, espaços para encontros. Nem mesmo o bar, o café (o bistrot), deixaram de suscitar o ressentimento dos “conjuntistas”, o seu gosto pelo ascetismo, sua redução do *habitar* para o *habitat*. Foi preciso que fossem até o fim de sua destruição da realidade urbana sensível para que surgisse a exigência de uma restituição. Então, viu-se reaparecer timidamente, lentamente, o café, o bar, o centro comercial, a rua, os equipamentos ditos culturais, em suma uns poucos elementos de realidade urbana.

Deste modo, a ordem urbana se decompõe em dois tempos: os pavilhões, os conjuntos. Mas não existe sociedade sem ordem, significado, perceptível, legível de imediato. A desordem suburbana oculta uma ordem: a oposição entre os setores *pavilionistas* e dos conjuntos, que salta aos olhos. Esta oposição tende a constituir um *sistema de significações*, ainda urbano mesmo na desurbanização. Cada setor se define (na e pela consciência dos habitantes) em relação ao outro, contra o outro. Os habitantes não têm consciência de uma ordem interna ao seu setor, mas as pessoas dos conjuntos vêem a si mesmas e se percebem como *não-pavilionistas*. E reciprocamente. No interior da oposição, as pessoas dos grandes conjuntos instalam-se na *lógica do habitat* e as pessoas dos pavilhões no *imaginário do habitat*. Para uns, a organização racional (na aparência) do espaço. Para outros, a presença do sonho, da natureza, da saúde, afastados da cidade má e malsã. Mas a lógica do *habitat* só é percebida em relação ao imaginário, e o imaginário em relação à lógica. As pessoas se representam a si mesmas através daquilo que lhes falta ou que acreditem faltar. Nesta relação, o imaginário tem mais poder. Ele sobredetermina a lógica: o fato de *habitar* é percebido por referência aos pavilhões, nuns e noutros (as pessoas dos

pavilhões lamentam a ausência de uma lógica do espaço, as pessoas dos conjuntos lamentam não conhecer a alegria dos pavilhões). Donde os surpreendentes resultados das enquetes. Mais de oitenta por cento dos franceses aspiram à moradia tipo pavilhão, com uma forte maioria declarando-se "satisfeita" com os conjuntos. Resultado que não importa aqui. Convém apenas ressaltar que *a consciência da cidade e da realidade urbana se esfuma* tanto nuns como noutros, até desaparecer. A destruição prática e teórica (ideológica) da cidade não pode aliás ser feita sem deixar um vazio enorme. Sem contar os problemas administrativos e outros cada vez mais difíceis de serem resolvidos. Para a análise crítica, o vazio importa menos que a situação conflitante caracterizada pelo fim da cidade e pela ampliação da sociedade urbana, mutilada, deteriorada, porém real. Os subúrbios são urbanos, numa morfologia dissociada, império da separação e da cisão entre os elementos daquilo que foi criado como unidade e simultaneidade.

Nesta perspectiva, a análise crítica pode distinguir três períodos (que não coincidem exatamente com a decupagem do drama da cidade em três atos que foi anteriormente esboçada).

Primeiro período – A indústria e o processo de industrialização assaltam e saqueiam a realidade urbana preexistente, até destruí-la pela prática e pela ideologia, até extirpá-la da realidade e da consciência. Conduzida segundo uma estratégia de classe, a industrialização se comporta como um poder *negativo* da realidade urbana: o social urbano é negado pelo econômico industrial.

Segundo período (em parte justaposto ao primeiro) – A urbanização se amplia. A sociedade urbana se generaliza. A realidade urbana, na e por sua própria destruição, faz-se reconhecer como realidade sócio-econômica. Descobre-se que a sociedade inteira corre o risco de se decompor se lhe faltarem a cidade e a centralidade: desapareceu um dispositivo essencial para a organização planificada da produção e do consumo.

Terceiro período – Reencontra-se ou reinverte-se (não sem sofrer com sua destruição na prática e no pensamento) a realidade urbana. Tenta-se restituir a centralidade. Teria desaparecido a estratégia de classe? Não se sabe ao certo. Ela se modificou. As centralidades antigas, a decomposição dos centros são por ela substituídas pelo *centro de decisão*. É assim que nasce ou renasce a reflexão

urbanística. Esta sucede a um urbanismo sem reflexão. Os senhores, reis e príncipes não tiveram outrora necessidade de uma teoria urbanística para embelezar suas cidades. Bastava a pressão que o povo exercia sobre os senhores e também a presença de uma civilização e de um estilo para que as riquezas provenientes do labor desse povo fossem investidas em obras. O período burguês põe um fim a essa tradição milenar. Ao mesmo tempo, este período traz uma nova *racionalidade*, diferente da racionalidade elaborada pelos filósofos desde a Grécia.

A Razão filosófica propunha definições (contestáveis mas apoiadas em raciocínios formalizados) do homem, do mundo, da história, da sociedade. Sua generalização democrática deu lugar em seguida a um racionalismo de opiniões e de atitudes. Cada cidadão tinha, ou supunha-se que tivesse, uma opinião pensada sobre cada fato e cada problema que lhe dizia respeito; esta sabedoria repudiava o irracional; do confronto das idéias e opiniões devia surgir uma sabedoria geral que incitasse a vontade geral. Inútil insistir sobre as dificuldades deste racionalismo clássico, ligadas às dificuldades políticas da democracia, às dificuldades práticas do humanismo. No século XIX, e sobretudo no século XX, toma forma a racionalidade organizadora, operacional nos diversos degraus da realidade social. Provém essa racionalidade da empresa e da gestão das unidades de produção? Nasce ao nível do Estado e da planificação? O importante é que seja uma *razão analítica* levada às suas últimas conseqüências. Ela parte de uma análise metódica dos elementos tão fina quando possível (de uma operação produtiva, de uma organização econômica e social, de uma estrutura ou de uma função). Em seguida, subordina esses elementos a uma finalidade. Donde sai essa finalidade? Quem a formula, quem a estipula? Como e por quê? Está aqui a falha e a queda desse racionalismo operatório. Seus adeptos pretendem tirar a finalidade do encadeamento das operações. Ora, isso não existe. A finalidade, isto é, o conjunto e a orientação do conjunto, se decide. Dizer que ela provém das próprias operações é fechar-se num círculo vicioso: com a decupagem analítica dando a si mesma por sua própria finalidade, por seu próprio sentido. A finalidade é objeto de decisão. É uma *estratégia*, justificada (mais ou menos) por uma *ideologia*. O racionalismo que pretende tirar de suas próprias análises a sua finalidade perseguida por

essas análises é, ele mesmo, uma *ideologia*. A noção de sistema cobre a noção de estratégia. À análise crítica, o sistema revela ser uma estratégia, desvenda-se como decisão (finalidade decidida). Anteriormente foi demonstrado como uma *estratégia de classe* orientou a análise e a decupagem da realidade urbana, sua destruição e sua restituição, projeções sobre o terreno da sociedade onde tais decisões estratégicas foram tomadas.

Entretanto, do ponto de vista do racionalismo tecnicista, o resultado imediato dos processos examinados representa apenas um caos. Na "realidade" que eles observam de modo crítico – subúrbios e tecido urbano e núcleos subsistentes – esses racionalistas não reconhecem as condições de sua própria existência. É apenas diante deles que a contradição é desordem. Com efeito, apenas a razão *dialética* pode dominar (pelo raciocínio, pela prática) processos múltiplos e paradoxalmente contraditórios.

Como pôr ordem nessa confusão caótica? É assim que o racionalismo de organização coloca seu problema. Essa desordem não é normal. Como instituí-la a título de norma e de normalidade? É inconcebível. Essa desordem é malsã. O médico da sociedade moderna se vê como um médico do espaço social doente. A finalidade? O remédio? É a *coerência*. O racionalismo vai instaurar ou restaurar a coerência na realidade caótica que ele observa e que se oferece à sua ação. Este racionalista corre o risco de não perceber que a coerência é uma forma, portanto mais um meio do que um fim, e que ele vai sistematizar a *lógica do habitat* subjacente à desordem e à incoerência aparentes, que ele vai tomar por ponto de partida de suas *démarches* coerentes na direção da inerência do real. De fato, não existe uma marcha única ou unitária da reflexão urbanística, mas diversas tendências referenciáveis em relação a esse racionalismo operacional. Dentre essas tendências, umas se afirmam *contra* as outras *pelo* racionalismo, levando-o até suas formulações extremas. O que interfere com a tendência geral daqueles que se ocupam com o urbanismo para só compreender aquilo que podem traduzir em termos de operações gráficas: ver, sentir na ponta do lápis, desenhar.

Distinguiremos então:

a) O urbanismo dos homens de boa vontade (arquitetos, escritores). Suas reflexões e seus projetos implicam uma certa filosofia. Geralmente, ligam-se a um humanismo: o antigo humanismo clássi-

co e liberal. O que não deixa de apresentar uma boa dose de nostalgia. Quer-se construir "em escala mundial", para "os homens". Esses humanistas apresentam-se ao mesmo tempo como médicos da sociedade e criadores de novas relações sociais. Sua ideologia, ou antes, seu idealismo provém freqüentemente de modelos agrários, adotados de modo irrefletido por seu raciocínio: a aldeia, a comunidade, o bairro, o cidadão-cidadão que será dotado com edifícios cívicos etc. Quer-se construir imóveis e cidades "em escala mundial", "na sua medida", sem pensar que no mundo moderno "o homem" mudou de escala e que a medida de outrora (aldeia, cidade) transforma-se em desmedida. Na melhor das hipóteses, esta tradição resulta num *formalismo* (adoção de modelos que não têm nem conteúdo, nem sentido) ou num *estetismo* (adoção de modelos antigos pela sua beleza, que se joga como ração para o apetite dos consumidores).

b) O urbanismo dos administradores ligados ao setor público (estatal). Este urbanismo se pretende científico. Baseia-se ora numa ciência, ora em pesquisas que se pretendem sintéticas (pluri ou multidisciplinares). Este cientificismo, que acompanha as formas deliberadas do racionalismo operatório, tende a negligenciar o "fator humano", como se diz. Divide a si mesmo em tendências. Ora, através de uma determinada ciência, uma técnica toma a dianteira e torna-se o ponto de partida; é geralmente uma técnica de circulação, de comunicação. Extrapola-se a partir de uma ciência, de uma análise fragmentária da realidade considerada. Otimiza-se num modelo as informações ou as comunicações. Esse urbanismo tecnocrático e sistematizado, com seus mitos e sua ideologia (a saber, o primado da técnica) não hesitaria em arrasar o que resta da Cidade para dar lugar aos carros, às comunicações, às informações ascendentes e descendentes. Os modelos elaborados só podem entrar para a prática apagando da existência social as próprias ruínas daquilo que foi a Cidade.

Às vezes, pelo contrário, as informações e conhecimentos analíticos oriundos de diferentes ciências são orientados na direção de uma finalidade sintética. Mas *não se concebe tanto uma vida urbana a partir das informações sobre a sociedade quanto uma centralização urbana que disponha das informações fornecidas pelas ciências da sociedade*. Estes dois aspectos se confundem na concepção dos *centros de decisão*, visão global, urbanismo já unitário à sua manei-

ra, ligado a uma filosofia, a uma concepção da sociedade, a uma estratégia política (isto é, a um sistema global e total).

c) O urbanismo dos promotores de vendas. Eles o concebem e realizam, sem nada ocultar, para o mercado, visando o lucro. O fato novo, recente, é que eles não vendem mais uma moradia ou um imóvel, mas sim *urbanismo*. Com ou sem ideologia, o urbanismo torna-se valor de troca. O projeto dos promotores de vendas se apresenta como ocasião e local privilegiados: lugar de felicidade numa vida cotidiana miraculosa e maravilhosamente transformada. O imaginário do habitat se inscreve na lógica do habitat e sua unidade dá uma prática social que não tem necessidade de um sistema. Onde esses textos publicitários já famosos e que merecem passar para a posteridade, porque a publicidade torna-se aqui uma ideologia. Parly II "faz nascer uma nova arte de viver", um "novo estilo de vida". A cotidianidade parece um conto de fadas. "Deixar seu casaco no vestiário da entrada e, mais leve, dar suas caminhadas após ter deixado as crianças no jardim da infância da galeria, encontrar os amigos, tomarem juntos um drink no bar"... E eis a imagem realizada da alegria de viver. A sociedade de consumo traduz-se em ordens: ordem de seus elementos no terreno, ordem de ser feliz. Eis o contexto, o palco, o dispositivo de sua felicidade. Se você não souber aproveitar a ocasião de pegar a felicidade que lhe é oferecida para fazer dela a sua felicidade é que... Inútil insistir!

Através das diversas tendências esboça-se uma *estratégia global* (isto é, um sistema unitário e um urbanismo já total). Uns farão entrar para a prática e concretizarão em ato a sociedade de consumo dirigida. Construirão não apenas centros comerciais como também centros de consumo privilegiados: a cidade renovada. Imporão, tornando-a "legível", uma ideologia da felicidade através do consumo, a alegria através do urbanismo adaptado à sua nova missão. Este urbanismo programa uma cotidianidade geradora de satisfações (notadamente para as mulheres que o aceitam e dele participam). O consumo programado e cibernético (previsto pelos computadores) tornar-se-á regra e norma para a Sociedade inteira. Outros edificarão *centros decisoriais*, que concentram os meios do poder: informação, formação, organização, operação. Ou ainda: repressão (coações, inclusive a violência) e persuasão (ideologia, publicidade). Em redor desses centros se repartirão, em ordem dispersa, segundo normas e

coações previstas, as periferias, a urbanização desurbanizada. Todas as condições se reúnem assim para que exista uma dominação perfeita, para uma exploração apurada das pessoas, ao mesmo tempo como produtores, como consumidores de produtos, como consumidores de espaço.

A convergência desses projetos comporta portanto os maiores perigos. Ela apresenta *politicamente* o problema da sociedade urbana. É possível que novas contradições surjam desses projetos, perturbando a convergência. Se uma estratégia unitária se constituísse e fosse bem sucedida, isso seria talvez irreparável.